

9



Bancos centrais
Sindicatos reunidos
no Porto

Seguros
assinam CCT
de mediação

Bancários
suspendem
negociações

8



Montepio
vai cumprir ACT



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Helena Carvalheiro – SBC
Mário Mourão – SBN
Rui Santos Alves – SBSI
Tomaz Braz – SISEP

Conselho Editorial:
Eduardo Alves – SBC
Firmínio Marques – SBN
João Ferreira – SBSI
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS

Editor:
Elsa Andrade

Redação, Edição e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica e Impressão:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 58.375 exemplares (sendo
5.375 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

Estatuto Editorial
Consultável através do endereço:
https://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_febase.aspx

A publicidade publicada e/ou inserta na Revista Febase é da total responsabilidade dos anunciantes

21 STAS – Actividade Seguradora

22 SBN – Bancários do Norte

24 SBC – Bancários do Centro

26 SISEP – Profissionais de Seguros

27 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas



DOSSIÊ RX à Banca	
Finalmente alguma estabilidade	4
SINDICAL	
Montepio compromete-se a aplicar ACT	8
Esclarecimento sobre o correio eletrónico do Banco Santander Totta	8
Sindicatos dos Bancos centrais europeus: Desafios do Horizonte 2020 analisados no Porto	9
CONTRATAÇÃO Banca	
Revisão salarial do ACT: negociações suspensas	10
CONTRATAÇÃO Seguros	
Acordado novo CCT com Apose	11
Iniciadas negociações com Lusitania	11
QUESTÕES Jurídicas	
Passagem à reforma por velhice	12
VISTO DE FORA Maria Bafaloukou e Charalampos Mentis	
O envolvimento dos cidadãos da UE durante a era da austeridade	14
TEMPOS LIVRES Nacional	
Protocolos Febase	18
Os vencedores do passatempo "As vindimas do Douro" são...	19
Pesca de Rio: Título conquistado ao grama	20



Tomás Braz

Na relação com as seguradoras tem existido um caminho de diálogo com as estruturas sindicais e comissões de trabalhadores

O valor da negociação

Falar para uma plateia tão opulenta como fustigada pela ganância do poder, onde o Excel e a conta bancária têm uma preponderância devastadora na gestão de pessoas e bens, não é fácil. Posicionar o pensamento, nada melhor como fazer referência à estação do ano em curso; o outono que sucede ao verão e antecede o inverno, caracterizado pelo abaixamento da temperatura, pelo amarelo e queda das folhas, como a mudança da hora. Após esta breve introdução irei expressar a minha opinião em alguns pontos de importância coletiva e de reflexão onde a pedagogia deve estar sempre presente no nosso dia-a-dia, assim se consolida processos e se recupera valores.

O setor bancário continua prepotente e desregulado, no sentido de decidir na sua onnipotência. Senão vejamos o que tem acontecido com os trabalhadores deste setor, que veem os seus direitos violados constantemente. O que se pretende na coabitação laboral é o respeito pelo trabalho na sua vertente de regulamentação, seja ACT ou Acordo de Empresa, instrumentos dinâmicos e proativos onde a maioria se deve rever e fazer-se observar. Devemos nortear a nossa missão pelo respeito mútuo com a nossa entidade patronal e não nos anular. Ter opinião ajudará a melhorar e entender o momento de insatisfação, intolerância e outras valências que nos afetam na nossa felicidade e produtividade no dia-a-dia.

No setor segurador a situação é ligeiramente diferente, com os problemas específicos de uma indústria onde o motor da mesma é produzir, numa sociedade que não tem hábitos de proteção e previdência, limitando-se ao consumo obrigatório e de lazer. Assim sendo, o trabalho é mais árduo. No entanto, na relação com as seguradoras tem existido um caminho de diálogo com as estruturas sindicais e comissões de trabalhadores, no intuito de haver um ACT ou Acordo de Empresa onde os interesses de ambos estejam espelhados. Nesse sentido os Sindicatos afetos à FEBASE (SISEP e STAS) têm contribuído para uma harmonização das leis laborais, como será exemplo, no dia 26-10-2018, a assinatura do novo ACT com a APROSE, abrangendo um universo de sensivelmente 15.000 trabalhadores, estando outras ações em curso com outras entidades. Continuamos a fazer a pedagogia da negociação e mostrar a importância dos Sindicatos nestas conversações. Depende de cada um tornar ainda mais fortes os seus Sindicatos. Ao filiar-se está a dar mais força a quem o defende. O nosso balanço é positivo, o nosso associado é a nossa determinação e dedicação por uma sociedade mais feliz e independente.

Numa democracia, os Partidos são a essência e vitalidade de uma sociedade próspera e soberana. Infelizmente temos assistido a uma degradação dos nossos atores políticos, que começam por defender os seus valores programáticos nas áreas onde estão inseridos, conotados por esquerda ou direita, e rapidamente são corrompidos pelos abutres de uma sociedade sem valores e princípios, fazendo demagogia e levando o seu semelhante à humilhação e anulação, servindo-se e não servindo as suas populações enquanto decisores políticos. Estamos a atravessar uma fase cor-de-rosa acinzentada que nos embala todos os dias, escondendo a nossa verdadeira realidade. Lembro, sem comentar, o estado da nossa Saúde, da Justiça, do Ensino, da Segurança... enfim, a nossa sina de ser pais de grandes teses com soluções adiadas. Temos de estar mais vigilantes na busca de novos atores, de novos métodos de fazer política pela verdade, com a missão de servir valorizando a pessoa. Existe solução para uma sociedade mais justa e próspera em cada um de nós enquanto atores e ativos na busca dos valores básicos que fazem a diferença. A família, a educação, o trabalho, e a saúde. Obrigado...



Finalmente alguma estabilidade

O furacão que assolou a banca nacional no pós-2010 terminou e com a calma também a sangria de efetivos parece ter sido estancada. Os dados estatísticos da APB sobre 2017 refletem um muito ligeiro crescimento do emprego no setor face ao ano anterior. Se representa uma inversão da tendência descendente ou é meramente conjuntural só o futuro dirá

Texto | Inês F. Neto

Se os números nos dizem alguma coisa, os dados da Associação Portuguesa de Bancos (APB) relativos a 2017 espelham uma ligeira inversão da tendência de destruição de postos de trabalho, com o crescimento do emprego em 1%, ou seja, mais 295 efetivos do que em 2016.

Se formos realistas, é uma ínfima gota num oceano de rescisões e despedimentos coletivos que retiraram da banca 10.480 bancários entre 2010 e 2017. Mas poderá significar um novo rumo...

A banca a operar em Portugal, em 2010, passava quase incólume pela crise que assolou os mercados globais e teve o epicentro precisamente nos grandes colossos financeiros. Resistiu sem falências, sem nacionalizações em massa (o BPN foi um caso especial), insolvências ou sequer degradação acentuada dos rácios médios de solvência. E em muitos casos os lucros, embora mais moderados, voltaram a abri-lhantar os resultados.

Depois foi o descalabro. A banca nacional entrou em rota-ção livre com resultados muito negativos, perda de negócio, fragilidade de capital e má gestão. Os desaires sucederam-se: o BES implodiu, o Banif foi comprado à beira da falência e as grandes instituições a precisaram de ser salvas, com o apoio do Estado para a recapitalização. Alguns dos bancos estrangeiros retiraram-se do mercado nacional, como o Barclays e o Popular, que foi integrado no Santander.

MAIS BANCÁRIOS

Face ao tumulto que o setor atravessava, a necessária redução de custos seguiu desde logo a medida prevista na “bíblia” da troika – aliás, imposta pela DGCom para o aval à recapitalização: redução dos quadros de efetivos.

Quase todos os bancos reduziram o número de trabalhadores, num volume nunca visto. Através de reformas antecipadas, rescisões de contrato (aquelas saídas denominadas “mútuo acordo” mas que levam o elo mais fraco a aceitar sem vontade) ou despedimentos coletivos, 19% da força de trabalho desapareceu entre 2010 e 2016.

Ou seja, dos 56.844 bancários em 2010, apenas 46.069 continuavam no setor em 2016. Por outras palavras, 10.775 trabalhadores deixaram o setor. E, sublinhe-se, estes números excluem o Banco de Portugal e a CGD.

E eis que chega 2017, o primeiro ano que apresenta um saldo positivo no emprego. A 31 de dezembro, a banca tinha 46.364 trabalhadores, mais 295 do que no mesmo período de 2016. No entanto, a variação entre 2010 e 2017 representava ainda -18% de trabalhadores, ou seja menos 10.480 trabalhadores.

Três das maiores instituições, pelo contrário, seguiram a tendência de redução de efetivos: BCP, Novo Banco e BPI. Entre eles, o BPI foi o que mais reduziu no ano passado: 561 trabalhadores (10% da força de trabalho). Relativamente a

QUEM SÃO OS TRABALHADORES DA BANCA

	BANCA						VARIAÇÃO		VARIAÇÃO		VARIAÇÃO	
	2010		2016		2017		2016/2010		2017/2010		2017/2016	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total de Empregados	56.844	100%	46.069	100%	46.364	100%	-10.775	-19%	-10.480	-18%	295	1%
Por Funções												
Chefias	13.850	24%	11.773	26%	-	-	-2.077	-15%	-	-	-	-
Específicas	21.598	38%	22.557	49%	-	-	959	4%	-	-	-	-
Administrativas	20.657	36%	11.308	25%	-	-	-9.349	-45%	-	-	-	-
Auxiliares	739	1%	431	1%	-	-	-308	-42%	-	-	-	-
Por Género												
Homens	30.611	54%	23.496	51%	23.457	51%	-7.115	-23%	-7.154	-23%	-39	0%
Mulheres	26.233	46%	22.573	49%	22.907	49%	-3.660	-14%	-3.326	-13%	334	1%
Por Idades												
Até 44 anos	38.162	67%	25.288	55%	24.736	53%	-12.874	-34%	-13.426	-35%	-552	-2%
Mais de 44 anos	18.682	33%	20.781	45%	21.628	47%	2.099	11%	2.946	16%	847	4%
Por Antiguidade												
Até 15 anos	32.849	58%	19.760	43%	19.790	43%	-13.089	-40%	-13.059	-40%	30	0%
Mais de 15 anos	23.995	42%	26.309	57%	26.574	57%	2.314	10%	2.579	11%	265	1%
Por Vínculo Contratual												
Efetivos	54.226	95%	45.267	98%	45.510	98%	-8.959	-17%	-8.716	-16%	243	1%
Contratados a prazo	2.618	5%	802	2%	854	2%	-1.816	-69%	-1.764	-67%	52	6%



► 2010, o banco tem menos 2.222 efetivos (-31%), sendo 4.996 o total de bancários.

Já o BCP, no final de 2017 tinha 7.120 trabalhadores: menos 138 (-2%) do que em 2016 e menos 2.905 (-29%) do que em 2010.

Por fim, o Novo Banco chegou ao final de 2017 com um total de 4.856 bancários, ou seja, menos 218 (-4%) do que no ano transato e menos 1.793 (-27%) do que em 2010.

Em sentido contrário, destacam-se o Montepio Geral e o Banco Santander Totta.

Nos anos em análise, o Montepio esteve sempre em crescimento (recorde-se que neste período absorveu o Finibanco): em 2010 tinha um total de 2.896 trabalhadores e no final de 2017 já somava 3.616, o que significa uma variação de 710 efetivos (25%). Relativamente a 2016, o banco reforçou os seus quadros em 44 bancários (1%).

ENCERRAMENTO DE BALCÕES CONTINUA

	BANCA						VARIAÇÃO		VARIAÇÃO		VARIAÇÃO	
	2010		2016		2017		2016/2010		2017/2010		2017/2016	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Número de Balcões	6.240	100%	4.454	100%	4.411	100%	-1.786	-29%	-1.829	-29%	-43	-1%
Por Distrito												
Aveiro	405	6%	293	7%	291	7%	-112	-28%	-114	-28%	-2	-1%
Beja	93	1%	77	2%	77	2%	-16	-17%	-16	-17%	0	0%
Braga	393	6%	294	7%	285	6%	-99	-25%	-108	-27%	-9	-3%
Bragança	88	1%	78	2%	75	2%	-10	-11%	-13	-15%	-3	-4%
Castelo Branco	125	2%	90	2%	88	2%	-35	-28%	-37	-30%	-2	-2%
Coimbra	256	4%	199	4%	194	4%	-57	-22%	-62	-24%	-5	-3%
Évora	119	2%	98	2%	100	2%	-21	-18%	-19	-16%	2	2%
Faro	353	6%	236	5%	236	5%	-117	-33%	-117	-33%	0	0%
Guarda	104	2%	89	2%	86	2%	-15	-14%	-18	-17%	-3	-3%
Leiria	300	5%	232	5%	233	5%	-68	-23%	-67	-22%	1	0%
Lisboa	1.535	25%	986	22%	1.003	23%	-549	-36%	-532	-35%	17	2%
Portalegre	82	1%	67	2%	67	2%	-15	-18%	-15	-18%	0	0%
Porto	956	15%	649	15%	643	15%	-307	-32%	-313	-33%	-6	-1%
Santarém	254	4%	194	4%	194	4%	-60	-24%	-60	-24%	0	0%
Setúbal	389	6%	264	6%	261	6%	-125	-32%	-128	-33%	-3	-1%
Viana do Castelo	137	2%	102	2%	96	2%	-35	-26%	-41	-30%	-6	-6%
Vila Real	127	2%	103	2%	99	2%	-24	-19%	-28	-22%	-4	-4%
Viseu	207	3%	169	4%	165	4%	-38	-18%	-42	-20%	-4	-2%
Funchal	151	2%	106	2%	97	2%	-45	-30%	-54	-36%	-9	-8%
Angra do Heroísmo	41	1%	28	1%	26	1%	-13	-32%	-15	-37%	-2	-7%
Horta	32	1%	25	1%	25	1%	-7	-22%	-7	-22%	0	0%
Ponta Delgada	93	1%	75	2%	70	2%	-18	-19%	-23	-25%	-5	-7%
N.º de trabalhadores/Balcão	9		10		11		1	14%	1	15%	0	2%

O BST, que comprou o Banif e integrou o Banco Popular, aumentou os efetivos em 16% (935 trabalhadores), 8% dos quais (479) entre 2016 e 2017, totalizando 6.783 bancários.

MENOS BALCÕES...

Se no cômputo geral a redução de efetivos estancou, o mesmo não se pode dizer do número de balcões. Quando antes da crise os espaços eram disputados avidamente para abrir um novo balcão, no período em análise a situação era inversa. A ordem foi fechar, fechar, fechar. . . Dos 6.240 balcões existentes em 2010, restavam 4.411 em 2017, ou seja, menos 1.829 (-29%).

Nenhum distrito passou incólume, mas alguns foram mais afetados que outros. É o caso do de Lisboa, que entre 2010 e 2017 perdeu 532 balcões, ou seja, 35% do total. O distrito do Porto perdeu 313 balcões (-32%), o de Faro 117 (-33%), Setúbal ficou com menos 128 (-33%), Funchal menos 54 (-36%) e Angra do Heroísmo perdeu 15 balcões (-37% do total).

A instituição que mais balcões encerrou foi o BCP: 300 (-34%), sendo 40 deles (-6%) em 2017. Seguiram-se o Novo Banco, que fechou 270 (-38%), dos quais 59 (-12%) no ano passado, e o BPI, com o encerramento de 217 balcões (-29%), 30 em 2017 (-6%).

A alguma distância ficaram o Montepio, que apenas encerrou cinco balcões (-2%), três deles (-1%) em 2017, e as CCAM, com menos 15 (-4%), 13 dos quais (-2%) no ano passado.

O BST fechou 86 balcões (-12%) e, completamente em contraciclo, em 2017 abriu 37 balcões (6%).

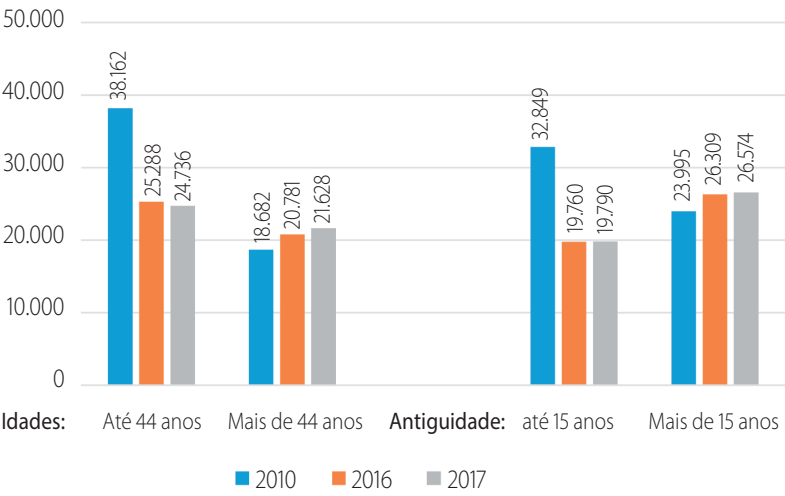
... COM MAIS PESSOAL

Já o número de trabalhadores por balcão aumentou ligeiramente entre 2010 e 2017, o que poderá ser explicado pela integração de bancários em novos locais devido ao encerramento dos balcões onde antes estavam colocados.

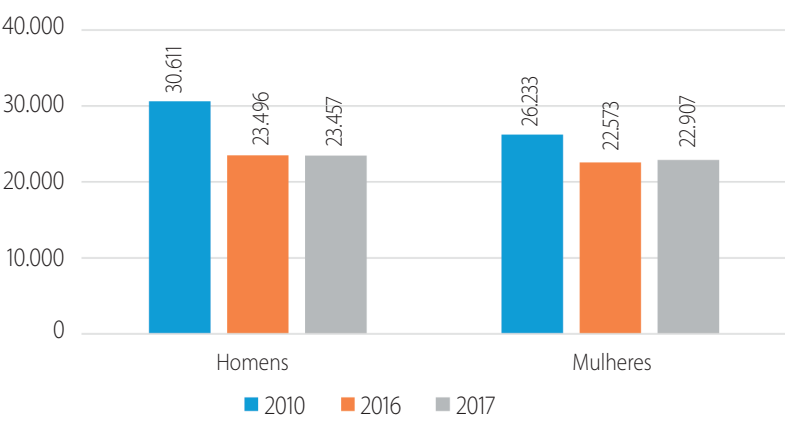


RX da Banca

IDADE E ANTIGUIDADE



MAIS IGUALDADE DE GÉNERO



Assim, em 2010 havia nove trabalhadores por balcão, número que aumentou para dez em 2016 e para 11 em 2017, uma variação de 15% e 2%, respetivamente.

HOMENS AINDA EM MAIORIA

No que diz respeito aos recursos humanos, embora os homens ainda estejam em maioria na banca, as mulheres aproximam-se.

Se em 2010 os bancários eram 30.611 e as bancárias 26.233, sete anos depois a força de trabalho masculina foi reduzida para 23.457 e a feminina para 22.907, encurtando a diferença de género.

No que diz respeito à faixa etária, os trabalhadores até aos 44 anos ainda são a maioria, mas os de mais idade aumentaram. Em 2010 a banca tinha 38.162 bancários com menos de 44 anos e 18.682 com idade superior; em 2017 já eram, respetivamente, 24.736 e 21.628.

O que se reflete também na antiguidade: em 2010, os trabalhadores que tinham até 15 anos de serviço eram 32.849, contra 23.995 com mais anos “de casa”; em 2017 os que tinham menos anos nas instituições diminuíram para 19.790 e os que tinham mais de 15 anos de trabalho na banca aumentaram para 26.574. ▶

Montepio compromete-se a aplicar ACT



A administração do banco garantiu à Febase que já neste mês começará a aplicar as cláusulas em incumprimento. E afirmou que a reestruturação não afetará os postos de trabalho

Textos | Inês F. Neto

A Febase reuniu-se dia 17 de setembro, nas instalações do Montepio Geral, com a administração do banco, para debater a deficiente aplicação do ACT do Grupo. A Federação quis obter respostas para a resolução de diversas falhas na aplicação da convenção coletiva, nomeadamente: horário de trabalho e trabalho suplementar; avaliação profissional e “apreciação especial”; subsídio de falhas; equi-

dade salarial; distribuição de resultados pelos trabalhadores; promoções por mérito; categorias profissionais e processos de reestruturação.

DIVIDENDOS E PROMOÇÕES

Face ao questionamento da Febase, a administração garantiu que já em outubro o banco vai proceder à distribuição de resultados pelos trabalhadores, no cumprimento do disposto na cláusula 4.ª, Anexo IX do ACT.

Também este mês serão anunciadas as promoções por mérito, conforme a cláusula 22.ª do ACT.

A administração adiantou ter em curso a preparação do processo de avaliação profissional, em todas as suas componentes, que será implementado em 2019.

Do mesmo modo, está programado iniciar a “apreciação especial” (cláusula 23.ª), que garante a reavaliação de trabalhadores sem promoções ao fim de cinco anos. O processo terá o envolvimento das várias chefias.

Relativamente às categorias profissionais, ficou o compromisso de em 2019 ser implementado o disposto no ACT.

REESTRUTURAÇÃO

A administração esclareceu ainda que o processo de reestruturação não implica redução de pessoal, pois trata-se de um plano estratégico de reorganização e oportunamente será dado a conhecer aos trabalhadores.

Quanto à equidade salarial, foi admitido que já foram dados alguns passos, embora o tema continue em estudo.

A Febase aproveitou ainda a reunião para sensibilizar a administração para o facto de o banco só pagar o subsídio de falhas a um trabalhador por balcão, situação que deve ser corrigida.

Os trabalhadores do Montepio Geral podem contar com a Febase. ■

Ainda sobre o correio eletrónico do Banco Santander Totta

Nota de esclarecimento

Na sequência de um artigo publicado na última edição da revista da Febase, com o título “Santander arrisca crime por violação de direitos”, cujo autor colabora com a Febase, vimos por este meio esclarecer e informar o seguinte:

■ Trata-se de um artigo de opinião da exclusiva autoria do próprio, **não constituindo qualquer parecer jurídico** ou informação que vincule as entidades para quem este presta serviço;

■ O conteúdo foi da sua livre escolha, não obedecendo a qualquer solicitação ou indicação do tema e o autor, além de assumir a responsabilidade pessoal do texto, admite que apenas foi informado da circular 69/2018 e nunca da circular 70/2018, que diz exclusivamente respeito às Estruturas Representativas dos Trabalhadores do Banco Santander Totta, cuja publicação foi benéfica para a melhoria da informação aos trabalhadores;

■ A publicação deste artigo no sítio das Estruturas do Banco Santander Totta (Secretariado de Secção do SBSI) não teve a devida autorização do autor nem o consentimento dos Sindicatos.

Face ao exposto e em conclusão reitera-se que este artigo de opinião apenas vincula o autor e não constitui um parecer jurídico nem reflete a opinião da FEBASE quanto ao assunto.



Sindicatos dos bancos centrais europeus

Desafios do Horizonte 2020 analisados no Porto

Texto | Francisco José Oliveira

As problemáticas que afetam os trabalhadores dos bancos centrais europeus, nomeadamente as condições laborais e direitos sociais, estiveram em foco na reunião anual

A reunião anual da Comissão Executiva dos sindicatos dos bancos centrais europeus decorreu nos dias 17 e 18 de setembro, no Porto. A organização esteve a cargo do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN). Participaram 65 representantes de trabalhadores dos bancos centrais nacionais (BCN) de 23 países.

O encontro foi precedido por um cocktail de boas vindas – oferecido pelo BdP, com a presença da administradora Ana Paula Serra –, que teve lugar nas instalações da filial, no dia anterior ao início dos trabalhos.

Na sessão de abertura, Henrique Rego fez o ponto de situação da convenção coletiva que abrange os trabalhadores do BdP. O presidente do SBN, Mário Mourão, teceu considerações sobre as principais problemáticas que afetam os bancos centrais europeus, tendo salientado as especificidades daquelas instituições, assim como as questões laborais com que estão confrontados os respetivos trabalhadores. Mourão deu também especial ênfase ao diálogo social, como instrumento fundamental da liberdade sindical e da negociação coletiva.

Seguiu-se uma intervenção do presidente da Comissão Executiva, Thierry Desanois, que foi antecedida de um minuto de silêncio em memória do membro daquele órgão recentemente falecido, Fernando Duarte. Desanois enalteceu a força interior e o espírito sindical de Fernando Duarte e recordou alguns dos melhores momentos que com ele partilhou.

O presidente da Comissão Executiva sublinhou depois os principais desafios que a organização – assim como o mundo sindical – terá pela frente, tendo em conta o Horizonte 2020. A importância do reforço do diálogo social também foi referida.



A este propósito, Desanois anunciou que o novo acordo, que reforça a situação dos representantes dos trabalhadores dos BCN, será assinado muito em breve, tendo sido uma batalha árdua mas finalmente compreendida como necessária. A importância da atuação da nova representante da UNI-Europa, Anna Maria Romano, a nível do diálogo social, também não foi esquecida.

IMPACTOS DA CRISE

O encontro prosseguiu num contexto fortemente marcado pelos testemunhos sobre a atualidade socioeconómica nos países e nos bancos centrais representados. O impacto da crise financeira nos salários e nas condições de trabalho continua a fazer-se sentir, apesar de algumas ligeiras melhorias.

Mantêm-se atuais as principais problemáticas, nomeadamente o impacto da política de outsourcing em algumas áreas de prestação de serviços e a degradação do diálogo social no seio de alguns dos bancos centrais – principalmente da Europa de leste –, com especial incidência nas condições de trabalho e nos direitos sociais. Seguiram-se os diferentes estudos desenvolvidos pelos membros do Bureau Executivo nos grupos de trabalho em que estão inseridos. De salientar o pedido de adesão à Comissão Executiva por parte do sindicato do banco britânico, apesar do cenário do Brexit.

SUPERVISÃO

Em nome de Rui Santos Alves, vice-presidente do SBSI, foi lida uma mensagem salientando a crise financeira e as repercussões devastadoras a nível do sistema bancário europeu. Não esquecendo os bancos centrais, que também foram fortemente afetados, o texto referia, em particular, os efeitos no BdP a nível da estagnação dos salários e a perda de importantes direitos sociais, salientando igualmente ser lamentável que tivesse havido necessidade de serem atingidas situações de total descontrolo para que, finalmente, as instituições europeias percebessem a necessidade de intervir e de estabelecer novas regras para a supervisão bancária.

Em representação de Portugal estiveram presentes Mário Mourão e Francisco Rego, respetivamente presidente e membro da Direção do SBN, Joaquim Afonso, Romeu Neves e João Paulo Pinto, membros da Comissão Sindical do SBN no BdP, e Amália Varela e Elizabeth Barreiros, membros da Comissão Sindical do SBSI no Banco de Portugal.

Os principais documentos do encontro podem ser consultados em www.scecbu.org ou em <http://bpintranet.bdp/Banco/Outras estruturas/Comissão Sindical/SCECBU/Pages/Default.aspx>. ■



Revisão salarial do ACT: negociações suspensas

A banca manteve-se irredutível na sua proposta de atualização das tabelas em 0,75% e a Febase suspendeu as negociações. A Federação está a decidir medidas a tomar, equacionando, entre outras, a paralisação do setor

Textos | Inês F. Neto

A nona ronda negocial de dia 28 de setembro ditou a suspensão do processo. O Grupo Negociador da Banca não evoluiu na sua posição e a Febase recusou a proposta na mesa.

Na reunião de 18 de setembro houve uma ligeira aproximação entre as partes, mas insuficiente para merecer o

acordo da Febase. O Grupo Negociador da Banca propôs um aumento de 0,75% na tabela acrescido de 0,25% através de subsídios. A Federação insistiu nos valores: 1,25% na tabela salarial, um aumento para 9,5€ do subsídio de almoço e um subsídio de natalidade de 750€.

Na reunião negocial de 28 de setembro, o Grupo Negociador da Banca manteve a sua posição, dizendo não ter condições para ir além do proposto, devido ao impacto que o aumento teria nos Fundos de Pensões.

O Grupo Negociador da Febase recusou liminarmente esta visão, socialmente reprovável – por quanto muitos trabalhadores foram empurrados para a reforma para reduzir custos e cujas pensões não tiveram aumentos, ao contrário do regime geral – constituam agora “um problema”.

GREVE?

Deste modo, e face à irredutibilidade da banca, a Febase decidiu suspender as negociações e reunir de imediato um grupo de trabalho, com vista à tomada de posteriores posições, cujo corolário poderá ser a paralisação do setor. ■

Acordado novo CCT com Aprove

A nova convenção coletiva da atividade de mediação de seguros e de resseguros será aplicada em 2019 e vigorará por quatro anos. A tabela salarial foi atualizada em 2,50%.

Texto | José Luís Pais

Os Sindicatos da atividade seguradora que fazem parte da Febase acordaram com a Aprove – Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros, uma nova convenção coletiva para a atividade de mediação de seguros e de resseguros.

Concluiu-se assim um ciclo negocial que tinha sido iniciado em janeiro deste ano, embora o resultado entretanto apurado tenha sido conseguido ao fim de seis sessões de negociação.

Refira-se também que o acordo obtido foi possível por ter havido por parte dos negociadores da Aprove a compreensão necessária pelo facto acrescido de não haver atualização do CCT e respetiva tabela salarial desde o ano de 2009.

Destacamos de seguida as cláusulas inovadoras que integram o restante clausulado: Avaliação de desempenho;



Estágios de ingresso; Teletrabalho; Comissão de serviço; Trabalho por turnos; Segurança e saúde no trabalho; Seguro de vida; Condições nos seguros próprios; Utilização de ferramenta digital; Comissão paritária; Grupos profissionais, categorias, funções e bandas salariais; Convenção de arbitragem.

O CCT vigorará por quatro anos e a tabela salarial foi atualizada em 2,50%. Será aplicada após a sua publicação no BTE e durante o ano de 2019. Para 2020 haverá uma melhoria de mais 1,20%. O subsídio de refeição (+ 5,00%) passa para 8,10€ até ao final do ano de 2020.

Para assinalar o ato final do acordo entre as partes envolvidas, inclui-se a fotografia com os representantes sindicais e empregadores. ■

Diversos processos em simultâneo Iniciadas negociações com Lusitania



Os sindicatos da Febase retomaram em setembro os trabalhos em várias mesas. E começaram as negociações para um novo ACT com a Lusitania, Lusitania Vida e N Seguros

Texto | Patrícia Caixinha

Após o período de férias, as negociações em curso foram retomadas em setembro. Tiveram lugar reuniões com as empresas do grupo Fidelidade, Seguradoras Unidas e Caravela, umas com um avanço mais rápido, outras mais moroso.

Na verdade, existem matérias mais complexas que exigem na sua discussão uma maior reflexão por todas as partes envolvidas para se chegar a um consenso.

Em algumas das mesas negociais já se discutem as tabelas salariais para os próximos anos. Noutras, ainda muitos dos blocos de matérias iniciais estão pendentes de aprovação.

MAIS UMA CONVENÇÃO

Também em setembro, os sindicatos da Febase iniciaram a negociação para um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com a Lusitania, a Lusitania Vida e a N Seguros.

A primeira reunião serviu apenas para definir o calendário dos próximos encontros, estando marcado para o dia 10 de outubro o início formal das negociações para um ACT que visa, para aquelas empresas, a substituição do ACT 2016.

Nestas negociações, os Sindicatos da Febase fazem-se representar por elementos da direção nacional e por representantes sindicais da Lusitania, de forma a elevar o conhecimento sobre a realidade das empresas em questão.

Numa primeira fase, os sindicatos da Febase apresentaram a sua contraproposta ao documento do grupo Lusitania.

De referir que a discussão negocial em causa tem por base o ACT em vigor no setor, sendo expectável a introdução de matérias melhoradas e adaptadas à realidade daquele grupo de empresas. ■



Passagem à reforma por velhice

– especial relevo para o caso das carreiras longas

O momento de passagem à reforma é importante e é o culminar, não raras vezes, de uma carreira contributiva longa. A decisão deverá, assim, ser pensada e ponderada, de forma a minorar eventuais impactos negativos na pensão que venha a ser atribuída e, consequentemente, na gestão do dia-a-dia do pensionista

Texto | Carla Mirra*

Neste momento a idade normal de acesso à pensão de velhice é de 66 anos e 4 meses, passando a ser de 66 anos e 5 meses no próximo ano.

Com idade inferior a esta, e desde que cumpridas determinadas condições, é possível ter direito à pensão de velhice antecipada, nomeadamente: quando a pensão seja antecipada na sequência de desemprego de longa duração; quando a antecipação de idade de acesso à pensão por velhice se verifique no âmbito de regimes especiais (exercício de atividade em determinadas profissões), ou quando se trate de uma pensão antecipada pelo regime de flexibilização de idade.

Em primeiro lugar, e centrando-nos mais nas carreiras longas que permitem o acesso à pensão antecipada pelo regime de flexibilização, é importante que o beneficiário tenha consciência da sua carreira contributiva – contagem, verificação e eventuais discordâncias.

Consciente que esteja da sua carreira contributiva, há que avaliar a conciliação da mesma com a idade do beneficiário em causa. Na data em que o beneficiário perfaça 65 anos de idade, a idade normal de acesso à pensão (66 anos e 4 meses em 2018 e 66 anos e 5 meses em 2019) é reduzida em quatro meses por cada ano civil que exceda os 40 anos de carreira contributiva com registo de remunerações relevantes para efeitos de taxa de formação da pensão, não podendo a redução resultar no acesso à pensão de velhice antes daquela idade.

Para além das situações de pensão antecipada na sequência de desemprego de longa duração, que detêm regras muito próprias e específicas, existe ainda o direito de acesso à pensão de velhice, atribuída no âmbito da flexibilização da idade. Nesta última situação, o acesso a este regime está dependente de duas condições cumulativas: que o beneficiário detenha idade igual ou superior a 60 anos e

em simultâneo 40 ou mais anos de registo de remunerações relevantes para cálculo da pensão.

PENSÕES ANTECIPADAS: A FLEXIBILIZAÇÃO DE IDADE

Cumpra desde já realçar que a pensão antecipada, a pedido do beneficiário, só é atribuída após concordância do mesmo em relação ao respetivo valor. Com efeito, recebido o ofício com indicação do montante provável da pensão, o beneficiário terá depois de manifestar a sua concordância expressa em relação ao valor, indicando também qual a data a partir da qual pretende que a mesma produza efeitos. Este é um aspeto importante, uma vez que a pensão de velhice antecipada atribuída no âmbito da flexibilização, não pode cumular-se com os rendimentos de trabalho auferidos nos 3 anos seguintes a contar da data de acesso à pensão, se esses mesmos rendimentos resultarem do exercício de trabalho ou atividade a qualquer título, na mesma empresa ou grupo empresarial em que o beneficiário em causa exercia a sua atividade.

Caso na data do requerimento, ou da respetiva produção de efeitos, o beneficiário tiver carreira contributiva superior a 40 anos, o número de meses de antecipação a ter em linha de conta é reduzido de quatro meses por cada ano que exceda os 40.

No entanto, essa redução final/penalização terá reflexo na pensão para futuro, sendo um dos motivos pelos quais a reflexão do beneficiário é essencial.

O montante da pensão antecipada de velhice atribuída no âmbito do regime de flexibilização da idade é calculado pela aplicação de um fator de redução ao valor da pensão estatutária, calculado da seguinte forma:

Taxa global de redução = taxa mensal de 0,5% x número de meses de antecipação (sendo o número de meses de antecipação apurado entre a data do requerimento da pensão antecipação ou da data indicada no requerimento pelo beneficiário, e a idade normal de acesso à pensão de velhice em vigor. Este fator de redução é depois aplicado sobre a pensão estatutária.

Além da aplicação deste fator de redução, será ainda aplicado o fator de sustentabilidade que esteja em vigor nessa data (atualmente 14,5%), pelo que a pensão poderá ser duplamente penalizada.



AS CARREIRAS MUITO LONGAS

O fator de redução referido atrás não é, no entanto, aplicado ao valor da pensão antecipada de velhice, se o beneficiário tiver:

a) idade igual ou superior a 60 anos e pelo menos 48 anos civis com registo de remunerações relevantes para o cálculo da pensão ou

b) idade igual ou superior a 60 anos e com, pelo menos, 46 anos civis com registo de remunerações relevantes para o cálculo da pensão desde que tenha iniciado a sua carreira contributiva no Regime Geral de Segurança Social ou na Caixa Geral de Aposentações com 14 anos de idade ou em idade inferior.

Nestes casos, o fator de sustentabilidade não é aplicado ao valor da pensão estatutária (em 2018, o fator de sustentabilidade é de 14,5%).

Este regime resultou do Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 06 de outubro de 2017, tendo permitido o acesso à pensão a milhares de beneficiários que, de outra forma, ainda seriam penalizados de forma relevante.

No corrente ano, mais precisamente no dia 17 de setembro, foi publicado o Decreto-Lei n.º 73/2018, que veio alargar mais um pouco este regime. Passaram a poder reformar-se, a partir de 1 de outubro de 2018, sem penalizações e sem aplicação de fator de sustentabilidade, os beneficiários que iniciaram a sua carreira contributiva aos 16 anos.

Na prática, e tal como referido no preâmbulo daquele mesmo diploma, foi dado "mais um passo na valorização dos trabalhadores que iniciaram a sua carreira em idade muito jovem. Neste sentido, alarga-se o âmbito de aplicação pessoal desta medida aos trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos e com, pelo menos, 46 anos de carreira contributiva, que tenham iniciado a sua carreira contributiva aos 16 anos ou em idade inferior."

O impacto desta medida não será, supõe-se, muito abrangente nesta fase, tendo em conta até, todos os pedidos já efetuados ao abrigo do diploma de 2017. Ainda assim permitirá a alguns (embora previsivelmente poucos) milhares, pelo menos refletir sobre a decisão a tomar.

NOVAS MEDIDAS?

Estão naturalmente previstas outras medidas aguardando-se, com alguma expectativa o Orçamento do Estado para 2019, por se tratarem de medidas com impactos na própria gestão da Segurança Social, apesar de estar em causa uma situação de "justiça social" também, atentas as carreiras bastante longas que alguns dos contribuintes já detêm.

Na perspetiva dos beneficiários é importante e essencial que se aconselhem e informem antecipadamente, de forma a ter uma noção o mais realista possível das consequências na sua esfera pessoal.

Há que ponderar, pois cada caso é um caso, e consoante a idade que cada um detenha, poderá ser mais ou menos vantajoso "precipitar-se" já para esta decisão. Os motivos prendem-se em princípio não poderem, na grande maioria dos casos, beneficiar de bonificações da pensão.

O aconselhamento junto da Segurança Social e do seu Sindicato é essencial, para tomar uma decisão esclarecida e acima de tudo consciente. ■

*Advogada do STAS

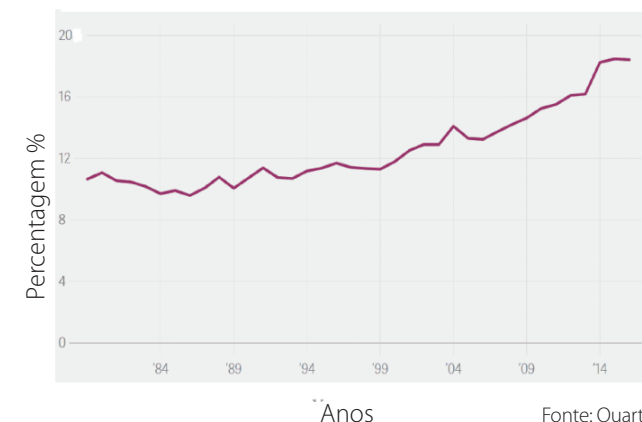


De acordo com o Regulamento da UE n.º 211/2011, adotado pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu em fevereiro de 2011, a ICE constitui um pedido formal à Comissão para que proponha legislação sobre matérias em que a UE tem potencial para legislar.

LONGO CAMINHO

Até hoje, aproximadamente 67 ICE foram consideradas, mas somente quatro foram bem-sucedidas. A maioria não conseguiu atrair um milhão de assinaturas ou, como ocorreu habitualmente, a Comissão recusou-se a registar uma ICE por razões jurídicas, como foi o caso da ICE contra o acordo de comércio livre EUA-UE (TTIP). Embora uma ICE não possa obrigar a Comissão a apresentar uma proposta legislativa, oferece uma pressão considerável sobre a agenda, como demonstra a conhecida ICE "right2water", que abordou o direito à água potável e ao saneamento (com o título oficial: "Água e Saneamento são um direito humano! A água é um bem público, não uma mercadoria!").

Média de votos em partidos populistas na Europa (1980-2017)



O envolvimento dos cidadãos da UE durante a era da austeridade

O elo entre os cidadãos e a União Europeia nunca foi muito forte, quer pela desconfiança inicial nas instituições quer pelas políticas seguidas. A relação sofreu um duro revés em países onde as medidas de austeridade foram mais sentidas. No entanto, o objetivo passa por aproximar os cidadãos do centro das decisões através da Iniciativa de Cidadania Europeia, explicada neste artigo conjunto de Maria Bafaloukou e Charalampos Mentis*, investigadores da Universidade de Panteion, em Atenas

Uma sociedade democrática é caracterizada pela vontade eleitoral do povo. A qualidade da democracia é determinada pela ação soberana dos seus cidadãos e pelo nível de proteção dos direitos humanos. Vale a pena mencionar que o Artigo 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Civis refere: "Qualquer sociedade em que não haja provisão para garantia de direitos ou para a separação de poderes, não tem Constituição". No contexto da União Europeia (UE), o papel do cidadão foi reforçado pelo Tratado de Lisboa (Título II - Disposições sobre os princípios democráticos). Ações foram tomadas para incentivar a participação dos cidadãos e também para eliminar o défice democrático.

Portanto, durante a última década, o edifício europeu tem sido severamente abalado pela crise financeira global. Esse tremor sísmico foi transferido para os cidadãos, que parecem estar totalmente perdidos dentro de um labirinto. De acordo com o Eurobarómetro de 2017, metade (50%) dos europeus sentem que não têm influência na política e na tomada de decisões da UE, enquanto 44% sentem que o fazem e 6% respondem que não sabem. Com isso em mente, poder-se-ia perguntar: qual é o papel do cidadão europeu atualmente?

INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA

Um instrumento democrático inovador introduzido pelo Tratado de Lisboa, o artigo 11 (4) do Tratado da União Europeia, refere que a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) permite a um milhão de cidadãos, oriundos de um número considerável de Estados-membros, convidar a Comissão Europeia a apresentar uma proposta no âmbito das suas competências. Esta ICE é um exemplo de um mecanismo democrático participativo transnacional.

O que torna a ICE inovadora é o facto do procedimento começar com a mobilização dos cidadãos. Além disso, oferece a oportunidade para reforçar as relações entre várias instituições europeias e a sociedade civil. É de salientar que as ICE estão centradas em áreas onde a UE tem poderes legislativos.

A Comissão não pode assegurar que a legislação seguirá a proposta, embora tenha a obrigação explícita de a considerar.

A ICE representa uma nova, mas altamente regulada, oportunidade de trazer as opiniões dos cidadãos para o nível da UE. Não obstante, o impacto limitado das poucas ICE bem-sucedidas deve também ser avaliado no contexto do debate em curso sobre a resposta da UE à crise financeira.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Durante a recessão, muitos movimentos sociais surgiram como resultado das duras medidas de austeridade fiscal impostas. No entanto, alegou-se que tais respostas não poderiam ser definidas como políticas.

Um choque exógeno como a crise financeira pode causar uma onda significativa de protestos. As consequências de quase todas as crises económicas estão associadas a um enorme descontentamento popular, que, por sua vez, pode tornar-se um potencial de mobilização latente.

De facto, muitos protestos contra o sistema político e a política de austeridade imposta espalharam-se pela Europa. Um formato inovador apareceu em praças públicas, como a Puerta del Sol, em Espanha, e a praça Syntagma, na Grécia, onde os populares "Indignados" protestaram contra cortes no orçamento do Governo. Infelizmente, essa mobilização anti-austeridade revelou-se ineficaz e fraca no que diz respeito ao impacto sobre o público em geral.

PREFERÊNCIA ELEITORAL

Os sinais de descontentamento popular também podem ser confirmados através das preferências dos eleitores. Uma proporção significativa dos resultados eleitorais pinta um quadro sombrio onde os cidadãos parecem confusos, assustados e desorientados. Por outras palavras, são polos à parte do modelo socioeconómico dos cidadãos, conscientes do seu potencial e fazendo escolhas racionais e justas por meio do pensamento crítico.

Ultimamente, regimes autoritários e formações de extrema-direita parecem ser a regra e não a exceção. Como resultado, a própria democracia está ameaçada. Num mundo de constan-

tes mudanças, sujeito a grandes tensões socioeconómicas, a noção de "democracia iliberal" infelizmente emergiu.

Surpreendentemente, na maioria dos regimes a eleição de governos autoritários ocorreu através do processo democrático de eleições. Inevitavelmente, a questão que se coloca é se tais escolhas constituem verdadeiros votos e preferências, uma reação contundente ou uma indiferença ainda pior?

Portanto, a proteção dos direitos humanos e a soberania popular estão em desacordo, já que os resultados das eleições não garantem direitos e valores democráticos. A ascensão da nova direita populista já foi amplamente observada na Europa Ocidental (ver gráfico).

PROMOÇÃO

A maioria dos cidadãos europeus ainda desconhece a existência da ICE. Com a devida vontade e uso do conhecimento sem restrições como uma ferramenta eficaz, os cidadãos das sociedades contemporâneas podem influenciar positivamente os processos de decisão da UE, enquanto preservam as suas identidades multidimensionais.

No entanto, os pedidos de registo de ICE diminuíram entre 2012 e 2016, com exceção de um ligeiro aumento em 2017. Além disso, em 2015 a Comissão adotou o seu primeiro relatório sobre a aplicação do regulamento (Regulamento de Implementação (UE) n.º 1179/2011). Consequentemente, a Comissão enumerou vários desafios e deficiências durante os primeiros três anos da ICE. Assim, no que diz respeito ao funcionamento do Parlamento Europeu, o Provedor de Justiça Europeu, o Comité Europeu das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu solicitaram uma revisão.

Em setembro de 2017, a Comissão respondeu a este convite, publicando uma proposta de revisão. O novo regulamento, previsto para 2019, visa ultrapassar as deficiências existentes no procedimento da ICE, a fim de cumprir o seu objetivo inicial de aproximar a UE dos seus cidadãos.

Por conseguinte, é essencial que a Comissão e o Parlamento Europeu, enquanto colegislador, promovam ativamente a ICE como um direito de todos os cidadãos. ■



*Maria Bafaloukou é investigadora no Instituto de Relações Internacionais e possui um doutoramento pela Universidade de Panteion, estando a desenvolver uma tese sobre o Estado Social na integração europeia.



Charalampos Mentis é investigador no Instituto de Ambiente Urbano e Recursos Humanos e possui um doutoramento no departamento de desenvolvimento económico e regional pela mesma universidade. A sua pesquisa foca-se no desenvolvimento económico ambientalmente sustentável, governação ambiental, sociedade e meio ambiente, consciencialização e educação ambientais e crise financeira e económica.

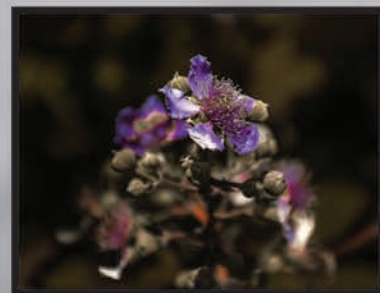


CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de julho



"Ainda fumegam?"
Rui Gonçalves



"Flor campestre"
Orlando Viegas



"Modelo"
José Barreiro



"Ao cair da tarde"
Orlando Viegas



"Micro"
José Barreiro



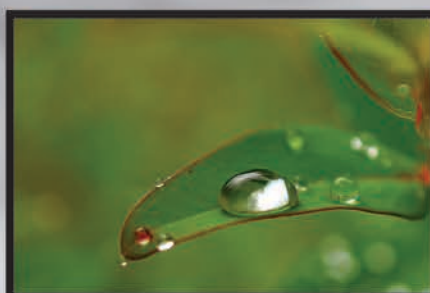
"Artesanato"
Aires Pereira



"À luz das velas"
José António Guimarães



"Primavera"
José Pinto



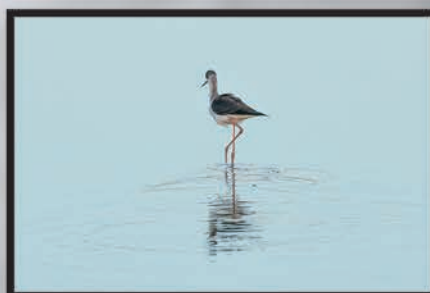
"Pingos da chuva"
José António Guimarães



"Lazer"
José Barreiro



"Papoila"
José Veiga



"Serenidade"
Rui Gonçalves



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de agosto



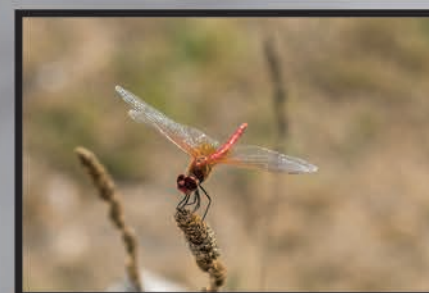
"Praia do Norte, Nazaré"
Orlando Viegas



"Aquele janela"
Orlando Viegas



"O Mar supera"
Ana Santos



"Libélula"
José Pinto



"Resistência à passagem"
Nuno Oliveira



"Diversão numa praia fluvial"
Luciano Muxagata



"Em alinhamento: Lua (Eclipse), Marte e Terra"
José Proença



"Dança de estames"
José António Guimarães



"Going down"
Carlos Santos



"Do Corvo para as Flores"
José Veiga



"Roda de sorte?"
Eugénia Pinto



"Carrossel"
José António Guimarães

Novos parceiros juntam-se à Febase



FILIPA PITEIRA
Gerente
Tm. 961 677 634
filipa.piteira@mercadosviagens.pt
AGÊNCIA CASTELO BRANCO
Rua Cardeal da Mota, Loja 9-A
6000-158 Castelo Branco | Telef. 272 337 309



MERCADO DAS VIAGENS – CASTELO BRANCO

Uma aposta num serviço diferente para viajar e passear. O Mercado das Viagens de Castelo Branco é uma agência que pretende ser muito mais que uma agência de viagens que apenas promove destinos turísticos aos seus clientes.

A nossa agência define-se pelos 5 “pês”:

Propósito – Acreditamos que conseguimos realizar o seu sonho e que todos são possíveis;

Prestígio – Somos uma equipa experiente e com formação em Turismo;

Parceria – Damos as melhores condições possíveis aos nossos clientes;

Proteção – Estamos ao seu dispor 24/24h durante o decorrer da viagem;

Personalização – Aconselhamos a viagem que mais se adequa ao que pretende.

Gostamos de pessoas e toda a nossa dedicação e empenho é para si.

O Mercado das Viagens de Castelo Branco vive um sonho tornado realidade. Adora viajar e viaja cada minuto com os nossos clientes. Emocionamo-nos quando recebemos um sorriso no regresso e um “adoramos”.

Com o Mercado das Viagens – Castelo Branco pode beneficiar em todo o território nacional dos seguintes descontos:

5% em pacotes turísticos sobre o preço de catálogo;

5% em pacotes turísticos sobre o preço de promoções;

4% sobre os preços base de estadias em hotéis e apartamentos em Portugal e no estrangeiro;

25% nas despesas de emissão de bilhetes de avião;

Oferta de despesas de reserva.

Os descontos incidem sobre o preço base de catálogo ou das ofertas/promoções.

Exclui: suplementos; taxas; vistos e despesas do operador.

Na nossa loja, via email ou por telefone, aguardamos por si. Boa viagem! ▶



MANZWINE

O projeto Manzwine tem início com a recuperação de uma casta, embora logo evolua para o desejo de restauro e redescoberta de uma região que continua a trans-

portar os visitantes para outra época, em que o vinho era protagonista.

A recuperação da tradição e vigor de Cheleiros norteiam a missão da produtora vinícola, que hoje já não se dissocia da sua vertente de Enoturismo.

A pouco mais de 20 minutos de Lisboa, a Manzwine oferece aos amantes da área uma experiência única e completa, não existindo nada igual tão perto da capital.

O espaço é aberto ao público, todos os dias, regado com provas de vinhos previamente agendadas e visitas às vinhas e Ponte Romana, perscrutadora do logotipo da marca.

Para os sócios dos Sindicatos da Febase, este novo protocolo oferece 15% de desconto em bens e serviços comercializados pela Manzwine na Loja/Adega, sita em Cheleiros.

Além da aquisição de um vinho de excelência, poderá ainda, através da Febase, fazer uma visita guiada à adega, às vinhas, com passagem pela Ponte Romana e ao museu, bem como degustar os produtos que a Manzwine lhe oferece. ▶

Os vencedores do passatempo “As vindimas no Douro” são...

Entre versos e vindimas, a Ponto por Ponto premiou sócios dos Sindicatos da Febase

O nosso parceiro Ponto por Ponto lançou, no mês de setembro, um passatempo que possibilitava aos sócios dos Sindicatos da Febase habilitarem-se a ganhar uma viagem no programa Vindimas no Douro, para uma pessoa.

O passatempo consistia em escrever um verso com a temática das vindimas no Douro, incluindo as referências: “Ponto por Ponto” e “Vindimas no Douro”.

O desafio foi aceite e de entre as participações e versos recebidos, podemos congratular-nos por termos seis premiados Febase:

Vencedora: Ângela Nogueira Nascimento, premiada com uma viagem, tudo incluído, totalmente grátis.

2.ª classificada: Virgínia Franco Dias, que ganhou um voucher de 30% de desconto sob o preço do programa.

Restantes classificados, premiados ganharam um voucher de 10% de desconto sob o preço do programa:

Ângela Moço;
Cristina Paiva;
Francisco Farias;
José Carlos Cunha. ▶

QUADRA PREMIADA

Neste passatempo, a associada do STAS, Ângela Nogueira Nascimento, foi declarada vencedora com a quadra:

“Ponto por Ponto vou descobrindo
O dourado das uvas de eleição
As Vindimas no Douro vou
Degustar com um Porto a refeição”

Esta justa vencedora teve como prémio a participação a custo zero (oferta) no programa “Vindimas no Douro”, que se realizou a 22 e 23 de setembro.

O nosso obrigado a todos os outros aderentes a esta iniciativa.

Terminamos com a mensagem da vencedora:

“Venho, por este meio, agradecer a todas as entidades que colaboraram no programa As Vindimas no Douro em parceria com a Febase, o magnífico fim-de-semana que me proporcionaram, quer nas paisagens deslumbrantes do nosso Douro, a vivência das vindimas, a exploração de pontos do maior interesse, bem como a excelente gastronomia, a prova dos vários vinhos do Porto e, por fim, o excelente alojamento no Hotel Mira Corgo.

Os meus parabéns e um grande bem hajam.”

Ângela Maria Nogueira Sila Nascimento



CAMPANHA DE OUTONO
(só até Dezembro de 2018)

NOVO DESCONTO!!

Aplicável a:

- IMÓVEIS PARA HABITAÇÃO: este novo desconto é APENAS aplicável a apartamentos, moradas e prédios.
- NOS CONCELHOS DE LISBOA, OEIRAS E CASCAIS - apenas para imóveis localizados nestes concelhos.
- COM UM VALOR MÍNIMO - na escritura de venda, de 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros).

400€!!!

PROTOCOLO **FEBASE** **GL** **RE/MAX**

OFEREÇO-LHE

descontos e vantagens exclusivas por ser associado ao seu sindicato* - Válido para todos os imóveis num raio de 100 kms de Lisboa

Valor de Venda do imóvel	Comissão REMAX (s/protocolo Febase) **	DESCONTO FEBASE ***
até 49.999€	4.000€	200€
de 50.000 a 99.999€	5.000€	250€
> 100.000€	5%	300€

*Condições extensíveis aos familiares dos associados.
**Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor.
***O valor do desconto será entregue ao(s) proprietário(s) do imóvel, através de transferência bancária ou numerário, por mim, após pagamento integral da comissão RE/MAX Latina.

Quer vender o seu imóvel com conforto, segurança e tranquilidade? Fale comigo.

LIGUE JÁ!!

ANA PINA
CONSULTORA IMOBILIÁRIA

www.remax.pt/apina apina@remax.pt 964 468 655

Pesca de Rio Título conquistado ao grama



Apenas 20 gramas foram suficientes para António Grave levantar o principal troféu da competição, tendo contribuído também para a sua instituição bancária, o Novo Banco, vencer coletivamente

Texto | Pedro Gabriel

A Final Nacional dos Encontros Interbancários de Pesca Desportiva de Rio realizou-se no dia 15 de setembro, na pista de pesca de Montemor-o-Velho. Em disputa os troféus individual e coletivo.

António Grave (Novo Banco/SBSI) foi o vencedor absoluto da prova, alcançando 4190 gramas na zona A. O segundo classificado nesta zona foi Camilo Santos (Montepio Geral/SBSI), com 2000 gramas enquanto José Marquês (CGD/SBSI) foi terceiro, com um total de 1790 gramas.

Luís Monteiro (Millennium bcp/SBN), com 1520 gramas, e José Nápoles (Santander Totta/SBC), com 1380, foram quarto e quinto classificados, respetivamente.

EQUILÍBRIO

Na zona B, Alberto Costa (Novo Banco/SBSI) foi quem mais pescou, com 3220 gramas, logo seguido de José Ferreira (Millennium bcp/SBC), com 2850. No terceiro

posto ficou Adélio Machado (CGD/SBN), com 2250 gramas, ao passo que Benevenuto Rei (Novo Banco Ind./SBSI) foi quarto, com 2010 gramas. A quinta posição ficou para Manuel Pereira (Novo Banco/SBN), com 1540 gramas.

Pedro Fernandes (Novo Banco/SBSI) foi o mais forte da zona C, com 4170 gramas, ficando a apenas 20 gramas do campeão.

Mário Alberto (CGD/SBN) foi segundo, com 3270 gramas, e Manuel Oliveira (Novo Banco/SBN) terceiro, com 2650 gramas. No quarto lugar ficou Joaquim Oliveira (Novo Banco/SBC), com 2230 gramas. No quinto posto terminou Manuel Barqueiro (CGD/SBC), com 2140 gramas.

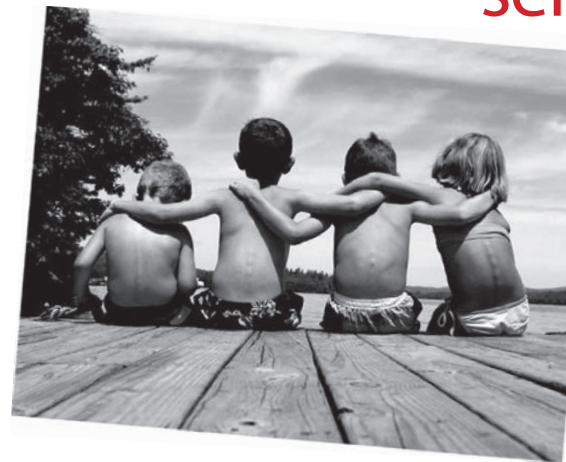
NOVO BANCO TRIUNFA

Além do título individual, António Grave, em conjunto com Pedro Fernandes e Alberto Costa, ajudou o Novo Banco/SBSI a vencer coletivamente. O trio alcançou um total de 11580 gramas e 3 pontos.

O Millennium bcp/SBC, de José Ferreira, Manuel Barqueiro e José Nápoles, foi segundo, com um acumulado de 6370 gramas e 12 pontos. Já a CGD/SBN (Mário Alberto, Adélio Machado e Graça Pereira), terminou em terceiro, com 6700 gramas e 13 pontos.

Destaque ainda para o quarto lugar do Novo Banco/SBN (Manuel Oliveira, Manuel Pereira e António Leite), com 5470 gramas e 15 pontos, e para o quinto posto alcançado pelo Montepio Geral/SBSI (Camilo Santos, Pedro Lemos e Carlos Azeda), com 4200 gramas e 17 pontos. ▶

A importância de ser sindicalizado



Já por diversas vezes trouxemos aqui o tema da sindicalização e dos ganhos que lhe traz, e pode vir a trazer, sobretudo quando menos se espera

Textos | Patrícia Caixinha

Por que razão é importante ser sindicalizado? A segurança de ter alguém que o representa perante a entidade patronal, salvaguardando a paz social e as relações laborais, que sabemos serem frágeis e superficiais, é um argumento de peso.

Um atendimento jurídico de excelência, com especialistas na área do Direito do Trabalho, é sem dúvida uma vantagem que não passa despercebida a quem dele necessita.

O apoio e acompanhamento jurídico gratuito, inclusive em assuntos extralaborais, re-

presentam igualmente uma mais-valia para quem é associado.

A dedução da quotização acrescida de 50% em sede de IRS é igualmente uma vantagem para quem é sindicalizado.

O benefício automático e legítimo de todas as alterações contratuais decorrentes da negociação coletiva em que o Sindicato participa, é sem dúvida, fundamental na sindicalização.

Os descontos que se podem usufruir e beneficiar nos diversos parceiros, com os quais celebrámos protocolos, nas mais variadas áreas, e que abrangem o associado e o seu agregado familiar.

A possibilidade de beneficiar dos diversos serviços que o STAS proporciona aos seus associados, como descontos em campos de férias ou atividades desportivas e familiares, o acesso a um Fundo caso necessite de apoio económico para fazer face a algumas situações imprevistas.

Por tudo isto, acreditamos na importância de ser sindicalizado.

Por isso, contamos consigo!

Por tudo isto, acreditamos que é importante continuar a nossa missão. Mais ainda quando recebemos motivação para continuar o nosso trabalho, sem esgotar a capacidade que temos para melhorar a cada dia. ▶

Sempre que neste artigo se utiliza qualquer das designações sindicalizado(s) ou associado(s), entende-se que estas devem ser aplicáveis a ambos os sexos.

Testemunho

Na primeira pessoa

Deixamos um testemunho de reconhecimento de um sócio profundamente agradecido ao seu sindicato – o STAS.

Vermos reconhecido o trabalho dos Serviços do Sindicato é, sem dúvida, um excelente motivo para ser sindicalizado.

“Caríssimos colegas

Quando me engano sou o primeiro a reconhecer que errei e quando não sei procuro saber para não sair asneira.

No caso concreto acertei, e na altura enviei um email ao 1.º Vice-Presidente, colega José Pais, a elogiar a Dr.ª Carla Mirra pela sua competência e pela ótima aquisição que o STAS tinha feito. Deve ter com certeza esse email guardado.

A verdade é que se tratou da minha pensão unificada e que a Dr.ª Carla Mirra por duas vezes teve necessidade de reclamar e argumentar junto da Segurança Social e CGA que a mesma estava mal calculada, inclusivamente foi comigo à SS, caso fosse preciso debater o assunto, felizmente não foi preciso.

Na primeira reclamação houve aumento de pensão pelos argumentos apresentados, e na segunda o argumento foi ainda mais reforçado pela exposição apresentada, de que só tive conhecimento no dia 17/8.

Não tenho a menor dúvida, que é uma grande líder, porque é competente, afável, delicada, sabe definir prioridades e gosta de ajudar, por duas vezes disse-me: “Vou ajudá-lo” e ajudou mesmo, primeiro na SS e segundo na Empresa, no final de maio, para acertarmos o último dia de trabalho, entre outras coisas.

Como Sócio do STAS desde 1982, com o n.º 19.299, desejo perante a Direção elogiar a Dr.ª Carla Mirra pela ótima advogada que contratou para defender os sócios.

Melhores cumprimentos”

Fundo de Apoio Sindical disponível aos sócios



O novo serviço auxilia quem precisa de fazer face a uma despesa imprevista

Simbolicamente o Dia do Trabalhador foi o dia escolhido para o início de um novo serviço disponibilizado pelo STAS aos seus associados e às suas associadas.

Com efeito, desde o dia 1 de maio de 2018 que sendo sócio/a do STAS pode beneficiar das condições previstas pelo FAS

– Fundo de Apoio Sindical.

Mas o que é então este Fundo e como poderá aceder ao mesmo?

O FAS foi criado para garantir o apoio a quem possa necessitar de um auxílio económico motivado por situações imprevistas: seja para custear despesas de educação como aquisição de livros, material escolar ou bolsas de estudo; seja para fazer face no imediato a despesas de funeral de um elemento do agregado familiar; para custear despesas com a reparação ou beneficiação da sua habitação; ou

ainda outro tipo de despesas relevantes e justificadas.

O acesso a este fundo é feito de acordo com o previsto no Regulamento, que se encontra disponível no nosso site – www.stas.pt – no espaço dedicado ao Sócio.

Aí poderá obter toda a informação sobre as condições de acesso, bem como os valores disponíveis para cada situação e ainda a forma de reembolso dos valores cedidos.

Para mais informação ou esclarecimento contacte-nos. ▶

Agulha & Dedal - Aprender, fazendo

GRAM promove ateliê de costura...

Com o apoio de uma modista de alta-costura, as sócias procederam a arranjos, restauro e confeção de roupa

O Grupo de Ação de Mulheres (GRAM), com a colaboração e o apoio da Direção, levou a efeito no dia 29 de setembro o 8.º módulo do ateliê de costura "Agulha & Dedal - Aprender, fazendo", onde oito participantes procederam, com ajuda e



acompanhamento de uma modista de alta-costura, Isabel Resende, a arranjos, restauro e confeção de roupa.

O objetivo e o conceito deste serviço são os de aprender fazendo, isto é, as próprias associadas ficarem aptas a arranjar bainhas, pregar fechos e botões, subir calças, meter bolsos e até cortar, alinhar, provar e confeccionar saias, vestidos e casacos, sempre orientadas e acompanhadas pela modista. Tudo feito pelas próprias no local.

Acompanhando a forte tendência atual para o "faça você mesmo", este serviço transmite as noções básicas para que possam ser executados os arranjos de costura. ■

... e Juventude visita porto de Leixões

Meia centena de pessoas foi conhecer o terminal internacional de cruzeiros

A Comissão de Juventude do SBN, com o apoio da Direção, promoveu, no dia 29 de setembro, a 13.ª edição das visitas guiadas.

Com a duração de cerca de uma hora, o passeio foi ao terminal internacional de cruzeiros do porto de Leixões. Participou meia centena de associados e familiares. ■



Reformados na Feira de S. Mateus

Como tem vindo a ser constatado, há presentemente uma tendência para oferecer um leque mais alargado de eventos, estando a Comissão Sindical de Reformados atenta à realização de feiras temáticas. No nosso País, cada vez mais este tipo de festas se instala nos usos e costumes que fazem a alegria e o prazer de muita gente.

O mais recente daqueles eventos concretizou-se com a ida à Feira de São Mateus, em Viseu, no dia 15 de setembro, que contou com a presença de mais de uma centena de associados, distribuídos por dois autocarros.

Muitos dos participantes aproveitaram a oportunidade, usando gratuitamente a viagem do funicular para ir ao centro da cidade, numa ótima oportunidade para verem a imponente e bela Sé Catedral.

Todos os participantes manifestaram no final a sua satisfação, pedindo mais eventos deste estilo. ■



Bowling com campeonato renhido

Realizada a 3.ª prova do circuito regional de bowling do SBN, Luís Cintra (Banif) lidera a classificação com 1251 pontos, seguido de Carlos Rodrigues, com 1204, e de Joaquim Pinho e Manuel Martins, ambos do BdP, com 1024. A duas jornadas do fim, o campeonato promete! ■



Fernando Lucas campeão regional

Iniciado em fevereiro o campeonato regional de king do SBN 2018, nas áreas geográficas de Aveiro e Porto, e após várias jornadas de apuramento, realizou-se no dia 8 de setembro a final daquela modalidade.

Concluída a jornada, Fernando Lucas (MBCP) foi proclamado campeão e encontrados os restantes três representantes do SBN à final nacional, que se realizou em 6 e 7 de outubro na cidade de Chaves – respetivamente Arnaldo Ferreira (MBCP), António Azevedo (BPI) e José Maria Lopes (CGD). ■

Associado agradece ao SBN vitória no Supremo Tribunal de Justiça

Após fértil discussão acerca do montante a que os bancos têm direito a reter das pensões da Segurança Social dos reformados bancários, e sobre qual a fórmula de cálculo justa na repartição do esforço, vingou mais uma vez a tese defendida pelo SBN, que sempre pugnou por um cálculo equitativo e favorável ao pensionista, num recente acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, em desfecho que mereceu a seguinte reação do associado Carlos Amorim, patrocinado pelos Serviços Jurídicos:

"Hoje, quando olho para trás e vejo tudo o que se passou nos últimos cinco anos, fico surpreendido com todos os factos e acontecimentos transcorridos. Acredito que ninguém se imagina passando por uma situação quanto a que passámos.

"Reconheço que a vossa ajuda, aos mais diversos níveis, destacando o Dr. Ricardo

Clara, foi muito maior do que normalmente um sindicato faz. A nível do Contencioso, o Dr. Ricardo Clara, além de cuidar dos trâmites jurídicos deste processo, foi uma peça fundamental na manutenção do meu equilíbrio psicológico e emocional e é por isso mesmo que sou imensamente grato por tê-lo como advogado e como amigo.

"Neste momento em que o processo está finalizado e em que por fim podemos saborear a vitória sabendo que fomos pioneiros e vencedores numa luta contra gigantes, apenas desejo salientar o quão importante foi para mim – e para todos os meus colegas – o cumprimento desta missão, que foi repor a legalidade no acerto das reformas.

"Agradeço ao SBN o apoio dado e o facto de se identificar com a minha/nossa causa, atuando de forma proactiva na promoção da transformação de atitudes e de pensamentos." ■

Em causa a fórmula de cálculo do montante que os bancos têm direito a reter das pensões da Segurança Social dos reformados



RTP visita Grupo de Teatro do Sindicato

Cêntimo Acto foi divulgado no programa "Portugal em Direto", do Canal 1

Uma equipa de reportagem da RTP veio conhecer, dia 29 de agosto, o Grupo de Teatro do Sindicato dos Bancários do Norte, denominado "Cêntimo Acto", para divulgá-lo no programa "Portugal em Direto", do Canal 1, apresentado pela jornalista Dina Aguiar.

A equipa, liderada pela jornalista Cláudia Viana, assistiu ao ensaio da peça "No Bosque das Flores Plantamos Valores", da autoria de David Barros Alves, entrevistou o encenador, Francisco Santos (que de forma breve explicou a história do grupo e os pilares que sustentam a sua existência do mesmo) e conversou também com todos os atores, que explicaram o que os faz gostar daquela atividade.

Na circunstância, os pequenos-grandes artistas sublinharam que a "arte de Talma" os obriga a decorar textos inteiros, a aprender a representar e a ter noções de



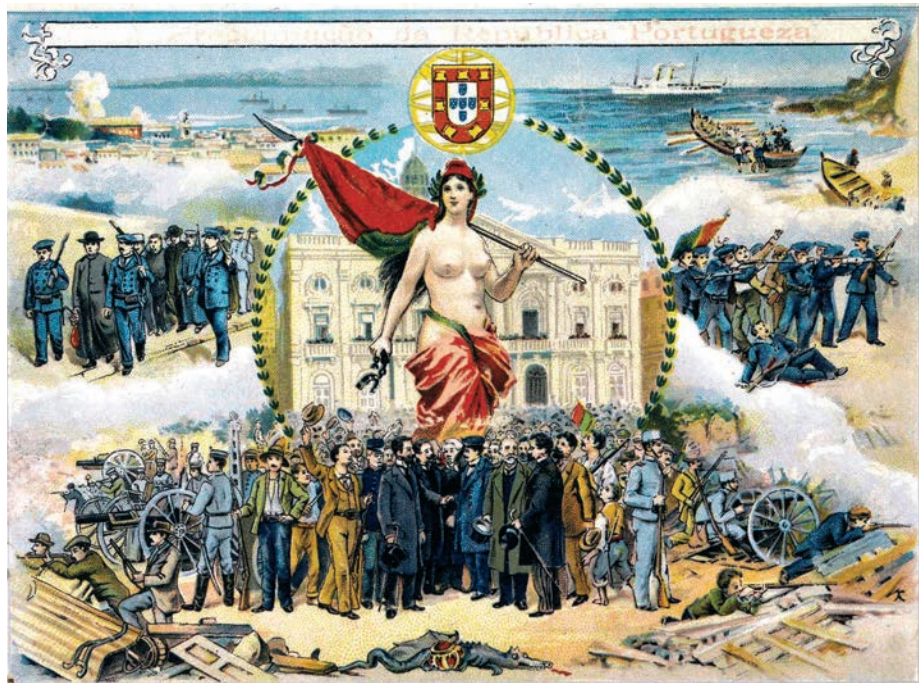
caraterização. Nesta matéria contam com a ajuda de Susana Nogueira.

Não deixou de ser curioso que os intérpretes não se inibiram de salientar o que mais e o que menos gostam naquele hobby, revelando, enfim, o que os ajudou a descobrir a génese da "paixão" de representar.

O pelouro Recreativo e Cultural do SBN, em que se insere o Grupo de Teatro, teve

ainda oportunidade de explicar, ainda que sucintamente, o investimento do Sindicato na cultura, em diversas valências, e de divulgar as restantes atividades, bem como explanar os objetivos para as mesmas, através do coordenador, Nuno Silva.

A reportagem está disponível em <https://shar.es/a1r537> e em <https://www.rtp.pt/play/p4224/e362530/portugal-em-direto>. ■



5 de outubro de 1910, mais que um dia, uma vontade!



Os trabalhadores bancários têm sido esvaziados de direitos fundamentais arduamente conquistados, em manifesto atropelo aos ideais da democracia

Texto | Eduardo Alves*

A História mostra-nos que a implantação da República não se fez num só dia, revelando-nos um processo, longo, que terá começado ainda no Séc. XIX, com o surgimento, na população, em especial em algumas elites, da vontade de mudar o regime, em resultado de um período de condensação de um contexto de crise multidimensional em que se registou o declínio da Monarquia constitucional e o arrepio do caminho, de certo modo impiedoso, que conduziu à República.

A par de uma crescente crise política, vivia-se um mal-estar social generalizado, exponenciado por uma crise económica que culminou na derrocada financeira, compondo um quadro de catástrofe e alimentando uma vontade regeneradora, assim como as aspirações republicanas, como uma nova ordem alternativa ao percurso decadente do país do qual a monarquia não se podia apartar.

O movimento revolucionário que partiu de pequenos grupos conspiradores, dos quais faziam parte oficiais e sargentos do exército e da marinha, alguns dirigentes civis e populares armados, iniciou a revolução republicana na madrugada de dia 4 de outubro. Apesar de alguma resistência e de vários confrontos militares, o exército fiel à Monarquia acabou por dar-se por vencido. A Revolução saíra vitoriosa. Assim, na manhã do dia 5 de outubro de 1910, nas varandas da Câmara Municipal de Lisboa e pela voz de José Relvas, foi proclamada a República em Portugal, a segunda na Europa.

Passados cento e oito anos sobre a efeméride, a evidência que os ideais da República, como a Liberdade, a Igualdade, a Dignidade da Pessoa Humana ou a Justiça, apesar de muito afirmados, são amiúde desrespeitados e traídos, mostra-nos o quanto há ainda por fazer nesta matéria.

Realidade que, ousaria dizer, é transversal ao setor da banca, onde os trabalhadores

bancários têm sido esvaziados de direitos fundamentais arduamente conquistados, em manifesto atropelo aos ideais da democracia, quantas vezes sem aparente razoabilidade, num retrocesso sem memória no respeito pelo seu ativo mais valioso.

Tenhamos, a título exemplificativo, a negociação para a revisão das tabelas salariais do ACT, em que têm sido apresentadas, como é do conhecimento público, pelo grupo negociador das Instituições de Crédito, torpes propostas que não podem deixar de ser consideradas frustrantes e atentatórias da dignidade dos bancários, no contexto da realidade de crescimento da atividade e lucros, muito por conta do esforço e dedicação daqueles a quem agora se oferecem "nिकास".

O nosso Sindicato sempre se pautou por respeitar os compromissos para com os bancários e ao escolher a via da negociação iria enfrentar, conscientemente, um processo labiríntico para o qual não pode

estar disposto a terminar num caminho sem saída.

Como disse um dia o Presidente americano John F. Kennedy, "Nunca negociamos por medo, mas nunca temos medo de negociar!"

Nesta perspetiva, com um enfoque constante naquilo que está em cima da mesa de negociações, deve continuar a contribuir construtivamente para encontrar uma via que conduza a um resultado justo e solidário, embora com a consciência que poderá ter de vir a recorrer a uma maior pressão sobre a opinião pública, sem descartar quaisquer formas de luta, e fomentar, à semelhança do que antecedeu este dia 5 de outubro em 1910, o crescimento de uma vontade de união e mobilização dos bancários que mostre a força que podemos ter se todos quisermos muito defender os nossos direitos, e conseguir, assim, fazer sentir a voz de milhares de associados, no ativo e reformados, que há anos não veem qualquer aumento salarial.

Estou certo de que é com esta vontade e determinação que o Sindicato dos Bancários do Centro reafirma estar ao lado dos bancários, na luta intransigente pela defesa dos seus direitos. ■

*Coordenador da CSE Grupo BCP e membro do Conselho Editorial da Revista Febase

Fim-de-semana alentejano superou expectativas



O passeio de barco no Alqueva foi um dos pontos altos da visita

Textos | Eduardo Alves

Em mais uma iniciativa do Secretariado Regional de Leiria, 55 participantes aceitaram o desafio de conhecer melhor a região do Alqueva. A partida foi madrugada, para que a chegada à cidade de Évora se desse, também ela, cedo.

Depois de uma visita à cidade, dirigimo-nos à vila medieval de Monsaraz, com o

seu castelo e as suas ruas misteriosas que proporcionam uma vista soberba da baragem do Alqueva.

Pernoitámos em Reguengos de Monsaraz e no regresso daquela vila medieval visitámos uma olaria artesanal em São Pedro do Coval, de onde nos dirigimos à aldeia da Luz para visitar o Museu da Luz, um verdadeiro repositório das memórias e identidades dos habitantes

desta aldeia, que foi sacrificada em nome da modernidade. Ainda pela manhã, teve lugar um passeio de barco no maior lago artificial da Europa, com a duração de uma hora.

Seguiu-se um almoço num restaurante típico de Reguengos de Monsaraz, em que todos os comensais puderam usufruir de uma bela experiência da comida típica alentejana. Logo de seguida rumámos à Quinta da Cartuxa, uma das mais prestigiadas vinícolas de Portugal – cujo escopo consiste em gerar recursos com vista ao cumprimento da sua missão, centrada no desenvolvimento social, cultural e educativo da região – propriedade da Fundação Eugénio de Almeida, onde teve lugar uma prova de vinhos e uma visita guiada.

Tínhamos que regressar, pois o fim do fim-de-semana aproximava-se rapidamente do seu fim, não sem que à passagem por Almeirim tivéssemos aconchegado os nossos estômagos com alguns petiscos da conceituada gastronomia ribatejana.

No cômputo geral os participantes manifestaram vivamente o seu regozijo, não só pelo passeio propriamente dito, como pelo ambiente de camaradagem que todos proporcionaram. ■

Uma ginjinha em Óbidos



No dia 15 de setembro pela manhã, Viseu foi o ponto de partida para mais um passeio realizado pelo Secretariado Regional de Viseu. A aguardar-nos estava a bela vila de Óbidos e a sua famosa ginjinha.

Depois da visita à já conhecida vila Natal a viagem seguiu até ao Bacalhôa Buddha Eden Park. A pé ou de comboio, pudemos disfrutar das magníficas paisagens e da sensação de paz que este espaço transmite.

No fim do dia, o regresso a casa com a promessa da realização de novos passeios. ■

Pesca de rio

Armando Veiga vence final regional

Por equipas, o Novo Banco sagrou-se vencedor da prova

A derradeira prova de apuramento para a final nacional do Campeonato Interbancário de Pesca de Rio decorreu na pista de pesca de Monte Real, no dia 1 de setembro. A resistência dos participantes foi posta à prova num dia em que as temperaturas elevadas foram uma constante, aumentando o grau de dificuldade da prova, pela exigência física.

A vitória sorriu, uma vez mais, a Armando Veiga (NB), que se sagrou grande vencedor da modalidade.

A classificação final ficou assim ordenada:
1.º Armando Veiga (NB) – 3 pontos
2.º José Nuno Nápoles (BST) – 5 pontos
3.º António Cascão (NB) – 7 pontos
4.º Rui Prata (BPI) – 8 pontos
5.º Fernando Gaspar (BPI) – 9 pontos
6.º Rui Nunes (BPI) – 9 pontos
7.º José Silva Ferreira (BCP) – 10 pontos
8.º Joaquim Mendonça (NB) – 11 pontos



9.º António Marto (BCP) – 11 pontos
10.º Manuel Barqueiro (CGD) – 12 pontos

Por equipas, o Novo Banco sagrou-se vencedor, com 12 pontos, ficando o BPI em segundo lugar com 15 pontos e o BCP em terceiro com 21.

Estes atletas foram os representantes do Sindicato dos Bancários do Centro na final nacional, que teve lugar a 15 de setembro em Montemor-o-Velho e cuja reportagem pode ler nesta revista. ■

Os direitos não são para os outros...

A greve é um direito consagrado pela Constituição da nossa República, mas o sentimento comum é de animosidade. Seria longe da verdade dizer que prejudicam mais o cidadão comum do que o empregador?

Texto | Diogo Tavares



Mais um dia de bate-chapa no trabalho, com filas de trânsito intermináveis que ditam o meu destino: hoje vou chegar outra vez atrasado. Uma greve súbita nos comboios obrigou todos a improvisarem maneiras de chegar ao emprego, e o ténue equilíbrio da hora de ponta ressen-te-se. E tão certo que o autocarro faz lembrar uma versão de baixo teor em ómega 3 de sardinhas em conserva... noto um excesso de crianças, acompanhadas pelas mães e avós, que se queixam umas com as outras de que as escolas deviam estar abertas todo o ano.

Mais uma greve das assistentes operacionais nas escolas obrigou estas mãos a levarem os filhos para o emprego, e as avós desabafam que a greve dos médicos e enfermeiros vai obrigá-las a passar o dia no centro de saúde com os netos, para uma consulta marcada há um mês.

Um cenário fictício, é certo, mas às vezes a realidade é mais estranha que a ficção. A greve é um direito consagrado pela Constituição da nossa República, mas o sentimento comum é de animosidade com este instrumento de defesa da nossa liberdade. Seria longe da verdade dizer que as greves prejudicam mais o cidadão comum do que o empregador?

PASSADO...

Meditando na origem das primeiras greves, elas eram mais eficazes nas primeiras instâncias em que foram aplicadas em séculos passados. Em boa parábola comu-

nista, as primeiras greves eram organizadas por trabalhadores de fábricas, insatisfeitos com salários verdadeiramente baixos e condições deploráveis de trabalho. Isto era antes dos conceitos de um Código do Trabalho e do Salário Mínimo fazerem parte do léxico comum dos trabalhadores.

Sindicatos eram poucos e dos que existiam muitos eram perseguidos e atacados pelos próprios empregadores, para os dissuadir de se organizarem pela defesa dos direitos. E quando um sindicato estava verdadeiramente organizado, era uma força a temer.

Mas olhando para os dias de hoje, percebe-se o que está a falhar no uso da greve.

Em eras passadas, quando uma fábrica fechava por causa de uma greve, quem saía prejudicado? O empregador primeiramente, seguido dos fornecedores e dos distribuidores. Os danos e inconvenientes de uma greve de fábrica são localizados nas pessoas diretamente envolvidas na atividade, e não na comunidade inteira. Mais gravoso, os danos médicos se a fábrica em questão fosse uma linha de montagem, onde uma única estação de trabalho incapacitada é suficiente para interromper a atividade e cada minuto parado têm um prejuízo incalculável, o que serviria para pressionar a cedência de exigências.

... E PRESENTE

Mas nos dias atuais, quem recorre mais

prontamente à greve são os trabalhadores de serviços, muitos deles a trabalharem de forma direta ou indireta para o interesse público.

Escusado será dizer que a interrupção de um serviço público prejudica muitas pessoas, mas não necessariamente ou diretamente o empregador, muitas vezes o Estado, que é uma organização apontada pela vontade democrática da nossa República e uma entidade tão ramificada e nebulosa que pode sofrer de greves sucessivas em várias frentes sem grande prejuízo de curta e longa duração para os responsáveis dos setores que estão em greve.

E para dar insulto à injúria, visto estas greves acontecerem principalmente em setores de serviços, quaisquer prejuízos que venham da interrupção causada pela greve são abatidos pela redução proporcional dos salários dos trabalhadores em greve.

A vontade escondida de muitos seria a de não existirem greves, que não reconheçam a outros o direito de prejudicarem a sociedade civil com a interrupção de serviços.

Reconheço e admito que numa sociedade solidária, os direitos pessoais só existem quando estes não interrompem os direitos dos outros, mas a realidade nem sempre é tão simples. Mas nunca defenderei pessoas que cheguem ao ponto de demonstrar um egoísmo tão infantil, onde os direitos não são para os outros, mas só

Contratações externas

Sindicatos apresentam críticas ao BCE

A eventual contratação de consultores externos não agradou aos representantes sindicais dos bancos centrais europeus

Texto | Inês F. Neto

No quadro do Diálogo Social do SEBC/SSM, reuniram-se em Frankfurt, em junho, representantes sindicais dos Bancos Centrais Nacionais e quadros dirigentes do BCE. Portugal esteve representado por Amália Varela e Elizabeth Barreiros, membros da Comissão Sindical do SBSI no Banco de Portugal.

A sessão de abertura da 41.ª reunião esteve a cargo da presidente do Conselho de Supervisão do Mecanismo Único de Supervisão (MUS). No seu discurso, Danièle Nouy traçou um cenário de evolução do sistema, tendo colocado a tónica na digitalização, que considerou o principal desafio do setor.

Foram ainda referidas, muito brevemente, questões como a finalização da reforma de Basileia III, muito particularmente no que se refere às revisões no cálculo do risco de crédito.

Foi reconhecida a sobrecarga de trabalho e os elevados níveis de responsabilização durante os quatro anos de implementação do MUS, o qual tem tido uma evolução positiva.

Agora é necessário simplificar procedimentos, de forma a concretizar as quatro prioridades a nível da supervisão: rentabilidade, gestão dos riscos de crédito e operacional, testes de stresse da EBA e preparação do Brexit.

CONFLITO DE INTERESSES

Já Fernando Garces, vice-presidente do Standing Committee (SCECBU), apontou algumas situações que, no entender dos sindicatos, poderão resultar em cenários de conflito de interesses, nomeadamente no que se refere à contratação de consultores externos.

Segundo o responsável, existe o risco de os consultores externos atuarem em favor dos bancos e não do MUS, pois muitos deles são recrutados a partir de empresas privadas.

Por outro lado, os representantes sindicais consideram que, havendo perto de 55 mil inspetores que integram os quadros dos bancos centrais, não haverá necessidade de contratar externamente.

A estas questões, o BCE respondeu que os procedimentos têm evoluído positivamente e que a ideia será utilizar os recursos humanos internos, recorrendo a pessoal externo apenas nas tarefas que necessitam de experiências muito específicas.

GESTÃO DE CRISES

O BCE definiu um quadro para a gestão de crises, mas um novo relatório publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (ECA) continua a apontar algumas falhas no processo.

O BCE não se defendeu perante a imprensa, tendo em conta que o ECA possui competências a nível operacional, mas não político.

O BCE informou os representantes sindicais de que têm sido feitos esforços significativos no sentido de colmatar alguns dos problemas relacionados com a logística das deslocações.

As federações sindicais presentes expressaram a sua satisfação por esta evolução positiva.

No entanto, sublinharam que é importante reduzir o tempo de reembolso das despesas efetuadas pelos trabalhadores durante as inspeções. ▶



Núcleos reunidos em Ferreira do Zêzere



A Comissão de Juventude reuniu os seus núcleos pela segunda vez este ano, com o objetivo de medir o pulso à situação atual dos jovens na banca. Entre os temas em análise, destaque para a recente ação de sensibilização da Febase e o sindicato único

Durante os trabalhos foram debatidos vários temas relacionados com o dia-a-dia dos jovens no seu local de trabalho, bem como o ponto da situação relativo à negociação da tabela salarial.

Um dos pontos que suscitou mais interesse entre os jovens presentes foi o sindicato único. Ângela Filipe e Luís Roque ajudaram a esclarecer as dúvidas colocadas.

CAMPANHA

A reunião decorreu entre os dias 14 e 16 de setembro, no Centro de Férias e Formação do SBSI, em Ferreira do Zêzere. A Comissão de Juventude esteve representada pelos seus membros, Ângela Filipe, Luís Roque e Ana Mendes.

A Febase lançou recentemente uma ação de sensibilização sobre o trabalho extraordinário, a maior parte não remunerado. Luís Roque explicou a razão da escolha deste tema. "A realidade é a de trabalhar até mais tarde, pelas mais diver-

sas razões, e (as pessoas) acabam por não ter tempo para a família. Queremos sensibilizar as pessoas e as empresas para a problemática da conciliação entre vida pessoal e profissional".

Este ponto deu início à interação entre todos e os participantes tiveram oportunidade de ver em primeira mão os cartazes da campanha, tendo elogiado a ideia das comissões de juventude dos Sindicatos da Febase.

LAZER

Mas a presença em Ferreira do Zêzere não se fez só de trabalho. À noite foi servido um jantar de grelhados à beira da piscina e a animação também não faltou, com muita música e dança a cargo do músico Chico Moreno. ▶



Viagem a Itália foi um sucesso

Mais de três dezenas de pessoas tiveram oportunidade de conhecer várias cidades italianas e suíças. A iniciativa não podia ter corrido de melhor maneira

Textos | Pedro Gabriel

Entre os dias 23 de junho e 2 de julho, um grupo de 31 pessoas, 14 deles bancários oriundos do Novo Banco, Banco BPI, Millennium bcp, Santander Totta, BBVA, Montepio Geral, Banco de Portugal e CCAM visitaram várias cidades de Itália e da Suíça, em mais uma viagem organizada pelo SBSI.

O programa foi cumprido na íntegra, com passagens por Milão, Stresa, Locarno e Lugano (Suíça), Como, Verona, Pádua, Veneza, Bolonha, Pisa, Florença, Siena, Assis e Roma.

Destaque para a comemoração de dois aniversários no dia 29. Como habitualmente, o SBSI ofereceu uma lembrança aos aniversariantes.

Os participantes responderam ainda a um questionário de satisfação, elogiando a qualidade do acompanhamento do SBSI, a assistência nas partidas e chegadas, os hotéis e restaurantes, o transporte, a estrutura da viagem e as várias visitas. Todos manifestaram a vontade de continuar a fazer as viagens organizadas pelo SBSI. ▶



Regional de Setúbal organizou passeio no Sado...

A Secção Regional de Setúbal do SBSI organizou, no dia 2 de setembro, o seu habitual cruzeiro pelo rio Sado, este ano e pela primeira vez a bordo da embarcação Mil Andanças.

Além de observarem a vista magnífica da costa portuguesa, os participantes tive-

ram ainda a oportunidade de dar uns mergulhos no rio, a que seguiu um almoço de marisco e não só.

Os responsáveis pela Secção agradeceram a presença de todos em mais este evento e fizeram votos para que os próximos sejam tão ou mais divertidos. ▶

...e visita à Casa dos Patudos

No dia 23 de junho, o núcleo do GRAM da Secção Regional de Setúbal levou um grupo de sócios e respetivos familiares a visitar a Casa Museu José Relvas, em Alpiarça, bem como a Barragem dos Patudos, conhecida pela sua beleza e tranquilidade.

Do roteiro também fez parte a Quinta da Feteira, onde se realizou o almoço, com a famosa Sopa da Pedra, entre muitas outras iguarias regionais.

O evento decorreu da melhor maneira, agradando a todos os que marcaram presença. ▶



Formação

Cursos para ativos e reformados

O Pelouro de Formação planeou uma rentrée preenchida para os associados da região de Lisboa. As inscrições estão abertas

A atividade formativa após as férias teve início no final de setembro, com a temática "Proteção de dados" lecionada para sócios no ativo.

A 10 de outubro seguiu-se o curso "Plano de ação para uma vida ativa", desta vez dedicado aos associados em situação de reforma.

O calendário prossegue com uma ação para reformados, "Comunicação eficaz", que se realiza na sede do Sindicato, em Lisboa, no dia 17 de outubro.

Duas outras formações previstas destinam-se a sócios no ativo e decorrem também na sede do SBSI. Trata-se de "Crédito Imobiliário", dia 27 de outubro, e "Gestão do stress", nos dias 10 e 11 de novembro. ▶

Surfcasting

Camilo Santos campeão do Sul e Ilhas

João Feira venceu a terceira prova, mas na geral foi o concorrente do Montepio a levantar o troféu. GDST venceu coletivamente

A Final do Sul e Ilhas dos Encontros Desportivos de Surfcasting 2018 realizou-se em Porto Carretas, no dia 12 de maio.

João Feira (GDST) foi o melhor da prova, com 3422 gramas na zona A. Vítor Rodrigues (Clube Millennium bcp) ficou em segundo, com 1449 gramas na zona D. Na zona C, António Marques (Clube Millennium bcp) conseguiu 640 gramas, valendo-lhe a terceira posição. Fernando Antão (CGD) ficou em quarto, ao conseguir 569 gramas na zona B.

Por equipas, o GDST 1 (João Feira, João Aqualusa, Leonel Madrugo e Silvério Velez) ficou em primeiro, com 4311 gramas. O Millennium B (Vítor Rodrigues, Francisco Silva, João Varão e Vítor Carvalho) foi segundo, com 2189 gramas, enquanto a terceira posição ficou para o GDST 3 (Manuel Alves, Manuel Pinheiro, António Serralha e Daniel Morais), com 1041 gramas.



Destaque para João Feira, que pescou o maior exemplar do dia, uma dourada com 1690 gramas.

CONQUISTA

Na classificação geral, Camilo Santos (Montepio CEMG) foi o vencedor, com um total de 391 gramas e 5 pontos. António Serralha (GDST) ficou em segundo, com 1081 gramas e 6 pontos, enquanto

Joaquim Ferreira (Clube Millennium bcp) foi terceiro, com 280 gramas e 6 pontos.

O GDST 1 venceu o título coletivo com um total de 3 pontos. A CGD (Fernando Antão, Luís Esteves, José Rosado e José Lopes) terminou em segundo, com 6 pontos, com a terceira posição a ficar para o Millennium B, também com 6 pontos.

A Final Nacional realizou-se no dia 22 de setembro. Os resultados serão divulgados na próxima edição. ▶

Golfe

Fernando Machado e João Sá conquistam título

O 15.º Torneio Ordem de Mérito teve o seu final no dia 7 de julho, na Praia D'El Rey. Em disputa, os troféus nas vertentes Stableford Net e Stableford Gross.

Na primeira, o mais forte foi Fernando Machado (BdP), ao conseguir 39 pontos. Seguiu-se um trio com 37 pontos. Foram eles Jaime Rolão (Montado), João Sá (BdP) e Fernando da Costa (BdP).

João Sá foi o vencedor na categoria Gross, com 28 pontos. A alguma distância ficou Fernando Machado, com 23 pontos, enquanto Fernando da Costa foi terceiro, com 18. Luís Valença (Millennium bcp) terminou na quarta posição, com 17 pontos.

CONFIRMAÇÃO

Com estes resultados, os dois homens do BdP confirmaram a conquista do campeonato regional.

Em Net, Fernando Machado terminou com um total de 53 pontos. Luís Valença foi segundo, com 47 pontos, ao passo que José Tomaz (BBPI) ficou-se pelo terceiro posto, com 42.

Na categoria Gross, João Sá finalizou com 57 pontos, mais sete que o segundo classificado, Fernando Machado. Luís Valença ficou com o "bronze", mercê dos 49 pontos conquistados. ▶

Os dois concorrentes não só venceram a última prova nas duas categorias como ainda terminaram no primeiro lugar da classificação geral



Humanismo • Dignidade • Responsabilidade • Solidariedade • Profissionalismo • Apoio • Confiança

CONDIÇÕES ESPECIAIS SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS PARA SÓCIOS E FAMILIARES

A segurança que precisa, no momento em que mais precisa

Num momento tão delicado como é a organização e celebração de um funeral, é importante ter ao nosso lado alguém capaz de garantir que as nossas escolhas serão cumpridas sem surpresas, com profissionalismo, dedicação e respeito. A Servilusa conta com uma equipa de profissionais que resolvem tudo o que é necessário, ajudando e acompanhando em todos os momentos, assegurando rigor, transparência e total compromisso com os serviços escolhidos.

24 horas por dia durante todo o ano, a Servilusa dá-lhe a confiança que precisa, no momento em que mais precisa.

Mais de **60.000** famílias **confiam** na Servilusa

NÚMERO NACIONAL GRÁTIS
800 204 222
www.servilusa.pt

Servilusa
Agências funerárias

Consigo nos momentos difíceis

FAMÍLIA E TRABALHO SÃO COMPATÍVEIS, SABIA?

